



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e seis dias de setembro de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O presidente **Porsani** iniciou a reunião,
4 dando boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura dos pontos de pauta, sendo: **I.**
5 **Informes; II. Votação das atas de 23 de maio e 08 de agosto; III. Apresentação, discussão e**
6 **deliberações sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2013. I. Informes:** a sra.
7 **Brigina**, da Vigilância em Saúde, informou sobre a investigação de uma possível transmissão
8 de casos de tuberculose em um serviço de saúde em Campinas. Explicou se tratar de três
9 bebês que adoeceram de tuberculose e, durante a investigação, verificou-se que não havia
10 nenhum familiar com caso dessa doença. Após a investigação, verificou-se que havia um fato
11 em comum, que é o hospital em que nasceram. Verificou-se que havia um profissional deste
12 local com tuberculose, e que esse profissional prestava serviço no alojamento conjunto e
13 que, a partir destas informações, levantaram todas as crianças que poderiam desenvolver a
14 doença, para que fosse feito o bloqueio. **II. Votação das atas de 23 de maio e 08 de agosto:**
15 o sr. **José Carlos** questionou se algum conselheiro tinha alguma colocação, onde não houve
16 nenhuma manifestação. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a**
17 **ata de vinte e três de maio**, com 02 (duas) abstenções. Em relação à ata de 08 de agosto, o
18 presidente **Porsani** solicitou uma alteração na linha 24, com a inclusão da palavra “não”, na
19 sentença “para que o Conselho NÃO fique com debilidade”. Em regime de votação, o
20 **Conselho Municipal de Saúde APROVOU a ata de 08 de agosto**, com 02 (duas) abstenções.
21 **III. Apresentação, discussão e deliberações sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA**
22 **2013:** o sr. **Fábio Cremasco** retomou a apresentação, interrompida na última reunião, onde
23 o orçamento previsto para a Saúde, para 2013, é de R\$ 1.000.262.264,00 (um bilhão,
24 duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais), representando um
25 crescimento de 13,95% em relação ao orçamento previsto para 2012. Apresentou a relação
26 de obras previstas, os gastos com os prestadores, os maiores gastos da Saúde e a aplicação
27 da EC 29. Abertas as falas, a conselheira **Marlene** solicitou que seja explicitado quais casas
28 de apoio estão contempladas nos prestadores, pois uma delas deixou de ser conveniada com
29 a SMS. Questionou sobre o SAMU Metropolitano e por que ele não apareceu na LOA 2013.
30 Questionou ainda por que não está contemplada nenhuma reforma para
31 Urgência/Emergência. A sra. **Márcia Molina** questionou o que está englobado com a rubrica
32 destinada ao Hospital Ouro Verde e se a mesma está prevista para o orçamento de 2013.
33 Questionou se existem estudos sobre o impacto da folha de pagamento do CHOV, levando
34 em consideração à Lei de Responsabilidade Fiscal. A conselheira **Maria Helena** afirmou que
35 comparou os dados com o PPA e questionou sobre o Instituto da Mulher, o Pronto Socorro
36 Metropolitano e o Pronto Socorro Suleste, os quais apareceram diferenças nos valores
37 orçados e previstos. Falou que quando fora apresentado no Serviço de Saúde “Dr. Cândido
38 Ferreira” aparece um valor previsto pequeno e questionou se, na construção da LOA, já está
39 previsto o término do convênio. Questionou sobre a informatização dos centros de saúde e
40 como está apresentada na LOA 2013. A conselheira **Maria Gil** questionou sobre o pequeno



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 repasse financeiro do estado. A conselheira **Eloísa** solicitou esclarecimentos sobre a entrada
42 de obras no cronograma da LOA. Afirmou que acompanha o CMS há dez anos e que sempre
43 verifica a reforma do Almoxarifado apontada em muitas leis orçamentárias, parecendo que
44 nunca conclui, bem como a construção do centro de saúde Itatinga. Solicitou que seja
45 apresentado o que foi concluído e o que não foi e o porquê não foi concluído. Questionou
46 como pode acessar os relatórios detalhados, apontados pelo sr. **Fábio**. A conselheira Izabel
47 falou que o material deveria estar mais explícito. Questionou onde o orçamento do CMS
48 está apontado, uma vez que tem o seu orçamento próprio e se não constar na LOA não será
49 executado no próximo ano. Questionou sobre a rubrica prevista destinada ao CHOV,
50 solicitando que os detalhes fossem passados para a comissão de acompanhamento. O
51 presidente **Porsani** lembrou que este é o segundo ano que o CMS consegue discutir a LOA
52 antes de ser encaminhada à Câmara dos Vereadores. Afirmou que o CMS não está se
53 apropriando desse espaço de discussão, pois tem apresentado poucas propostas, perdendo
54 um espaço significativo para fazer um debate das questões que mais interessam. Afirmou
55 que percebe que o atual governo tem tentado rearticular o Orçamento Participativo, o que
56 na sua opinião é inútil, pois é um governo que não foi eleito democraticamente, não tendo a
57 legitimidade do povo. Questionou se o OP que o governo realizou foi contemplado na LOA.
58 Falou que o CMS deve se apropriar sobre a questão que todo recurso seja gerenciado pela
59 própria Saúde. Afirmou que, com isso, não se pode mais aceitar desculpas para a interrupção
60 no fornecimento de insumos, por exemplo, sendo um resultado positivo dessa mudança. O
61 sr. **Fábio Cremasco** respondeu que a inclusão das casas de apoio ocorre para garantir que
62 tenha recurso. Explicou que, como houve alterações em agosto, os recursos para esses
63 prestadores são apontados na LOA para garantir o recurso, mas que não aparecem os nomes
64 destes prestadores, podendo mudar no meio do caminho. Sobre o SAMU Metropolitano,
65 explicou que está em negociação, não existindo nada de concreto até o momento e que
66 entrará como custeio da SMS. Sobre a manutenção, explicou que existe um contrato de
67 manutenção predial, na ordem de, aproximadamente, R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de
68 reais). Sobre as questões do CHOV, explicou que existe uma comissão de estudos para a
69 municipalização e que colocou uma rubrica prevendo os gastos com recursos humanos e
70 insumos, mas que não pode inchar o orçamento com algo que ocorrerá em março do
71 próximo ano. Ressaltou que os gastos apontados com a SPDM estão previstos para todo o
72 ano, para garantir esse recurso para o hospital. Sobre o PPA, explicou que é a carta de
73 intenções do investimento, sendo feito um planejamento para os quatro anos. Ressaltou
74 que para ir para a LOA deve estar contemplado no PPA, mas que nem tudo que está
75 apontado na PPA irá para a LOA, devido a questões financeiras. Falou que o próprio TAC
76 determina que o convênio com o SSCF deva se encerrar em março. Explicou que o projeto de
77 informatização das unidades de saúde está contemplado na rubrica da IMA. Afirmou que
78 poderá disponibilizar o relatório na íntegra para quaisquer interessados. Respondeu que o
79 CMS está previsto na LOA 2013, com orçamento previsto de R\$ 200.000,00 (duzentos mil
80 reais), sendo previsto serviços para terceiros e para aquisição de equipamentos. Falou que o



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 OP não é um programa do Prefeito, sendo construído há muito tempo. Falou que muito que
82 foi aprovado pelo OP para o próximo ano já estava previsto no hall de obras da Prefeitura
83 para 2013. O secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, exemplificou que a construção da
84 UPA Taquaral já estava na previsão da SMS e que foi um pedido do OP, sendo colocado
85 como demanda a ser cumprido para este. Lembrou que a questão da apresentação é
86 didática, sendo que a apresentação dos convênios é realizada para identificar para o CMS
87 como está gasto aquele recurso. O sr. **Mauro** falou que é uma situação complicada, pois
88 ainda não tem a gestão administrativa dos processos, que devem ser construídas a partir do
89 ano que vem. Explicou que existe o emperramento administrativo e jurídico. Falou que eram
90 quatro obras em um mesmo contrato, que foi um erro adotado pelo governo anterior,
91 abrangendo a construção dos centros de saúde Itatinga, Rosália, Oziel e São Bernardo. Falou
92 que o único que foi finalizado foi o do Rosália. Explicou que a empresa solicitou o
93 cancelamento do contrato, devendo ser realizado novo processo licitatório. Explicou que,
94 agora, pode-se fazer contratos separados, evitando que sejam reféns de uma única empresa.
95 Sobre o Almojarifado, explicou que o orçamento deste ano continha restos a pagar do ano
96 anterior. Com o pagamento das contas, reduziu-se muito o orçamento para novos
97 investimentos neste ano, sendo necessário o remanejamento de recursos, onde em mais um
98 ano não foi possível realizar os investimentos no Almojarifado. Sobre a Imunoquímica,
99 explicou que faz parte de um contrato que a SMS tem com o Almojarifado Municipal, onde a
100 empresa responsável por estes exames é a ROCHE, representando 80% de todos os exames.
101 O sr. **Fábio Cremasco** falou que não pode responder pelo estado e que fez um levantamento
102 de outros municípios que recebem pequenas verbas do governo estadual, independente do
103 partido político. O conselheiro Severino falou ser positivo trazer os controles financeiros da
104 saúde para o Fundo Municipal de Saúde. Falou sobre as propostas dos candidatados à
105 Prefeitura, onde muitos candidatos prometem a construção de muitas unidades de saúde.
106 Defendeu que o CMS discuta a necessidade de todas as construções prometidas, onde a
107 saúde é feita por profissionais. Citou o exemplo do Hospital Ouro Verde, o qual foi
108 construído, mas não tem profissionais para trabalhar. Falou sobre a necessidade de
109 recompor o quadro de recursos humanos, onde a fila de espera na saúde é grande. A
110 conselheira **Matilde** apontou que não identifica nenhum investimento no Centro de
111 Referência em Reabilitação. Falou sobre a construção do Centro Luci Montoro, alegando ser
112 uma obra “eleitoreira”. Questionou sobre o cronograma de adaptações das unidades de
113 saúde para garantir a acessibilidade. A conselheira **Marlene** falou que é descrito um valor
114 para as casas de apoio do Programa Municipal DST/AIDS, onde cada casa recebe por serviço
115 prestado. Questionou se o valor das medicações fornecidas pelo AMDA está descrito no
116 valor apresentado. Perguntou sobre os valores pagos nestes contratos. A conselheira **Izabel**
117 apontou que não foi respondido sobre o orçamento do CMS e que solicitou a projeção de
118 repasse do convênio com a SPDM. Afirmou que a apresentação está genérica, não sendo
119 apontados os valores apresentados distintamente. Sugeriu que este ponto seja melhorado
120 nas próximas apresentações. O sr. **Fábio Cremasco** esclareceu que existe um orçamento de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o CMS. Explicou que existe uma equipe estudando
122 os custos do CHOV. Falou que, sobre a montagem, cabe uma capacitação, com a
123 participação da SMS e do CMS, para a construção de uma apresentação mais didática. O sr.
124 **Mauro** explicou que o Centro de Referência em Reabilitação já possui projetos para a
125 construção da unidade, ocorrendo discussões com a equipe de engenharia. Esclareceu que,
126 com o projeto elaborado, poderá ocorrer a licitação para a construção, no ano que vem.
127 Sobre a acessibilidade, falou sobre o cronograma de adequações e reformas, que serão
128 realizados pelo contrato de manutenção predial, que é um contrato curto. Lembrou que as
129 novas unidades já estão sendo construídas com a acessibilidade garantida, mas que as novas
130 devem ser readequadas. O conselheiro Edison esclareceu que o PMDST/AIDS faz uma
131 avaliação mensal da taxa de ocupação, sendo este o padrão para o pagamento dos
132 convênios com as casas de apoio. Afirmou que passará essas informações oficialmente,
133 sendo repassadas ao CMS mensalmente. Em processo de votação, o Conselho Municipal de
134 Saúde APROVOU o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2013, com 07 (sete)
135 abstenções. O presidente **Porsani** informou que a Comissão da Implantação da Autarquia no
136 CHOV será convocada para apresentação dos seus trabalhos para a próxima reunião
137 ordinária. Após, encerrou a reunião, agradecendo a todos os presentes. Nada mais a ser
138 tratado, eu, **José Carlos Bortotto Junior**, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com
139 os demais presentes.